



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 5 de outubro de 2011

AMAZONAS EM TEMPO TVs produzidas no PIM terão selo de eficiência energética 1 VEICULAÇÃO LOCAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Setores querem margem maior nas licitações..... 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	2
VALOR ECONÔMICO CNI propõe fundo de garantia de aportes privados para PPP avançar 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	3
O GLOBO Produção industrial fica estagnada 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	4
JORNAL DO COMMERCIO ONLINE Pé no freio na criação de novo ministério 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR Benefício de IPI depende de produção local 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	7
AMAZONAS NOTÍCIAS SUFRAMA apresenta palestra na 51ª edição do Genoa International Boat Show 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	8
AGROSOFT.ORG Estados da Amazônia terão doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia em 2012 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	9
CORREA NETO SUFRAMA apresenta modelo ZFM ao Conselho de Embaixadores dos Países Árabes..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	10
CORREA NETO Programa do Artesanato Brasileiro é uma das atrações do Pavilhão Amazônia na FIAM 2011 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	11
ÁFRICA 21 - DF Suframa apresenta modelo ZFM ao Conselho de Embaixadores dos Países Árabes 13 VEICULAÇÃO NACIONAL	13

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO TVs produzidas no <u>PIM</u> terão selo de eficiência energética		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A partir deste mês, todos os televisores fabricados no Polo Industrial de Manaus (PIM) deverão trazer o selo do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

A nova regra vai indicar o nível de consumo de energia de cada modelo quando estiver no modo stand by, segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem.

Segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), a exigência não foi uma surpresa para a indústria do setor, uma vez que a maioria migrou voluntariamente para obter o selo normativo.

Embora a etiquetagem seja obrigatória já a partir deste mês, a Eletros afirma que o varejo ainda terá um prazo para comercializar produtos sem o selo para escoar o estoque existente.

“No **Amazonas**, as indústrias eletroeletrônicas já promoveram a melhoria contínua da eficiência energética dos seus produtos. Isso é um salto na qualidade tecnológica, que ajuda a combater o desperdício no consumo de energia elétrica”, afirma Lourival Kizula, titular da Eletros.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Setores querem margem maior nas licitações		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para têxteis e calçados, a vantagem de 8% indicada pelo governo é insuficiente; pleito dos empresários é por 25%

RAQUEL LANDIM - O Estado de S.Paulo

Os fabricantes brasileiros de têxteis e calçados estão insatisfeitos com a margem de preferência de 8% sinalizada pelo governo nas licitações federais. As empresas tentam negociar uma alta para pelo menos 25% - o máximo permitido pela lei brasileira.

Representantes da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) iniciaram ontem, e continuam hoje, uma maratona de reuniões nos Ministérios em Brasília para tentar reverter a situação. Procurada pela reportagem, a Abit não deu entrevista.

Por causa das negociações de última hora, o decreto sobre o assunto, que estava previsto para ontem, ainda não saiu. O Ministério do Desenvolvimento informou que está analisando o pleito em conjunto com a Fazenda. A Assessoria de Imprensa da Fazenda não se manifestou.

Na semana passada, o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, revelou que o governo vai privilegiar as empresas brasileiras nas licitações de têxteis e calçados. As companhias nacionais poderão oferecer preços até 8% maiores que os importadores, mas ainda assim ganharão a concorrência.

A declaração do ministro alarmou os empresários que consideram o percentual insuficiente para vencer os concorrentes asiáticos. Para fontes do setor têxtil, estudos feitos por especialistas mostram que a margem de 25% compensa o câmbio valorizado, mas não garante a isonomia em outras áreas como tributos e infraestrutura.

Segundo Heitor Klein, diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), a entidade

enviou cartas aos ministros PIMentel e Guido Mantega (Fazenda) e a seus auxiliares. "Já manifestamos ao governo que a margem de 8% não é suficiente. Nós entendemos que teria de ser no mínimo 25%."

Uma lei aprovada no final do governo Lula criou uma margem de preferência de até 25% nas licitações para produtos manufaturados e serviços nacionais. O que está saindo agora é a regulamentação. O governo quer começar os benefícios por calçados e têxteis, mas depois ampliar para áreas como defesa e saúde.

Folha de pagamento. Não é a primeira vez que esses setores são contemplados pelo governo Dilma, mas reclamam do tamanho dos benefícios. Na política industrial Brasil Maior, o governo atendeu a uma antiga reivindicação e desonerou de impostos as folhas de pagamento de funcionários dos setores têxtil, calçados, móveis e software. Para compensar, estabeleceu uma alíquota sobre o faturamento de 1,5% para têxtil, calçados e móveis e de 2,5% para o software.

Os empresários aceitaram os percentuais em reunião realizada na véspera, à noite, do anúncio do Brasil Maior, mas depois refizeram as contas. Com exceção de software, os demais setores calcularam que a alíquota deveria ser de 0,6% a 0,8% sob pena de elevar a carga tributária.

O Governo Federal resiste à pressão para não ser acusado de fazer política industrial às pressas, mas a medida provisória do Brasil Maior ainda está em tramitação no Congresso. Os empresários agora tentam mudar a lei em conversas com os deputados.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO CNI propõe fundo de garantia de aportes privados para PPP avançar		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para avançar, ou, segundo empresários, simplesmente existir, o investimento no modelo de Parceria Público Privada (PPP) precisa urgentemente de um fundo de garantia para os aportes privados e da ampliação do limite de 3% da receita corrente líquida dos Estados e municípios para investimentos. Essas são as duas principais propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que contaram com a consultoria do economista Gesner Oliveira, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). As propostas para acelerar a utilização das PPPs de forma a incentivar os investimentos em infraestrutura no país foram encaminhadas ontem ao deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), presidente da Frente Parlamentar Mista de Defesa da Infraestrutura Nacional.

"Nos falta agilidade nas parcerias entre o Estado e o setor privado, uma vez que a legislação das PPPs é extremamente burocrática. E, principalmente, falta ao governo brasileiro pessoal qualificado na área de engenharia financeira", afirmou o presidente do Conselho de Infraestrutura da CNI, José de Freitas Mascarenhas. "Não há estímulos para a iniciativa privada conceber projetos de viabilidade econômica e também não há pessoal qualificado no setor público para trabalhar em projetos tão complexos como as PPPs", disse Mascarenhas, que ontem participou de seminário promovido pela CNI e parlamentares próximos a indústria, com apoio da BM&F Bovespa e do Valor.

Pela lei das PPPs, os repasses do **Governo Federal** às parcerias dos Estados e municípios só podem ocorrer até o limite de 3% da receita corrente líquida. "A ampliação desse teto é imprescindível para a agilização das PPPs", afirmou o deputado tucano.

Segundo a CNI, há 17 PPPs contratadas nos Estados, com valor total de R\$ 7,4 bilhões, e outras 21 em estudo. Já no âmbito federal são apenas sete projetos em estudos, e nenhum contratado. Somando os investimentos públicos e privados em infraestrutura, a taxa brasileira não atinge 2,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), nível muito inferior aos 5,6% do **PIB** registrados na Índia, 6,3% do **PIB** no Chile e 7,3% do **PIB** na China.

O financiamento dos investimentos em infraestrutura é feito principalmente pelo Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), que apenas entre janeiro e junho deste ano emprestou R\$ 5,4 bilhões para o segmento. Ao longo de 2011, o **Superintendente** de infraestrutura do **BNDES**, Nelson Siffert, estima que os empréstimos às empresas para investimentos em infraestrutura devem registrar aumento de 23% em relação ao ano passado. O **BNDES** tem em carteira 395 projetos de infraestrutura, num volume total de R\$ 199,9 bilhões, sendo 22 referentes à usinas hidrelétricas, como as de Jirau e Santo Antônio.

Segundo Siffert, os desembolsos do **BNDES** para infraestrutura contam com um custo médio de 8,4% ao ano para o tomador dos empréstimos. "Nossos recursos não são subsidiados, porque superam a taxa de inflação, mas estão, de fato, muito abaixo dos juros do **mercado**", afirmou. Para ele, os investimentos em infraestrutura serão "centrais" ao longo do governo Dilma Rousseff, que persegue crescimento anual de 5% do **PIB**. A estimativa mais recente do governo, no entanto, feita pelo Banco Central, prevê avanço do **PIB** de apenas 3,5% neste ano.

"Precisamos regulamentar o mecanismo de crédito privado de longo prazo, via debêntures de projetos específicos, para ajudar o **BNDES** nos financiamentos", afirmou Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), em referência ao projeto do **Ministério** da Fazenda de criação dos papéis financeiros específicos a projetos de infraestrutura, hoje na mesa da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Para Godoy, o agravamento da crise econômica mundial pode reduzir o ímpeto dos investidores estrangeiros, o que diminuiria o apelo inicial das debêntures de PPPs. "Mas o simples fato de termos outras fontes de capital privado já ajudaria muito a ampliação das PPPs", afirmou.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Produção industrial fica estagnada		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Resultado é negativo em 0,2% frente a julho. No ano, expansão é de 1,4%

Liana Melo

Praticamente patinando desde o começo do ano, a **produção** industrial brasileira sofreu um revés em agosto, fechando o mês com uma queda de 0,2% contra julho. É o terceiro resultado negativo no ano, depois de recuos nos meses de abril e junho. Andando a passos lentos, a indústria nacional vem sofrendo com a valorização cambial - que está barateando as **importações** - e a redução das **exportações** de produtos industrializados. Ao divulgar ontem os dados da Pesquisa Industrial Mensal (**PIM**), o IBGE mostrou que a taxa de expansão da indústria em 12 meses ficou em 2,3% e, de janeiro a agosto, o registrou uma alta de 1,4%.

- É nítido o descompasso entre o consumo interno e a **produção** industrial, o que nos leva a crer que parte da demanda interna vem sendo atendida pelas **importações**. O setor automobilístico, por exemplo, está com um nível de estoque bastante elevado, acima, inclusive, do que é considerado desejável - analisa o gerente da **PIM**, André Macedo, admitindo que o setor industrial está operando num "tom mais moderado".

Segundo Macedo, a indústria está sofrendo com o câmbio e a crise internacional. Não é à toa, diz, que a **produção** industrial deve se manter pouco dinâmica nos próximos meses. A análise está em linha com a da economista Alessandra Ribeiro, da Tendências Consultoria, que projetava alta de 0,3% para agosto. Alessandra admitiu que, por enquanto, não revisará o crescimento da indústria para 2011:

- Vamos esperar o resultado de setembro, mas admito que o risco de revisão para baixo aumentou bastante, depois

do dado divulgado de agosto. Pelos nossos cálculos, o setor industrial deve fechar o ano com crescimento de 2%.

A projeção da Tendências para o Produto Interno Bruto (**PIB**, soma de bens e serviços produzidos no país) permanece em 3,5%, igual à do economista-chefe do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial, Rogério César de Souza:

- É preocupante este resultado de agosto, porque, apesar do crescimento registrado no item bens de capitais, o resultado de agosto deixou mais evidente o movimento de desaceleração da indústria ao longo deste ano. O mergulho da atividade industrial fez com que a **produção** de agosto ficasse 0,9% abaixo do patamar de setembro de 2008, primeiro momento da crise.

Com exceção do setor de bens de capital, que registrou alta de 0,9%, após registrar crescimento de 2% em julho, todas as outras categorias de uso registraram queda em agosto: 2,9% nos bens duráveis; 1,3% nos bens de consumo; 0,9% nos bens semiduráveis e não duráveis; e 0,2% nos bens intermediários.

Com taxas pouco expressivas, Souza livra de crítica apenas o setor de bens de capitais, que, por suas projeções, deve fechar o ano com alta de 6%. Felipe Wajskop França, do Banco ABC Brasil, concorda e acrescenta:

- O quadro de agravamento da crise internacional deve continuar puxando a atividade industrial para baixo.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE	EDITORIA
	TÍTULO Pé no freio na criação de novo <u>Ministério</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

GOVERNO

Planalto retira urgência de projeto que cria pasta das pequenas empresas. Só com salários, novo órgão gastaria mais de meio milhão de reais por ano

JÚNIA GAMA

O governo aceitou a solicitação dos líderes parlamentares para retirar o pedido de urgência do projeto de lei que cria o Ministério da Micro e Pequena Empresa. Na prática, a votação do texto foi adiada. A formulação da nova pasta, que foi uma promessa de campanha da presidente Dilma Rousseff, deve ser votada em 26 de outubro, mas não há acordo entre os partidos sobre a necessidade de se compor mais um órgão. O número 40 da Esplanada - contabilizado o status de Ministério do Banco Central - vai trazer gastos para a manutenção da estrutura, que vêm sendo questionados pela oposição.

Somente com os 68 cargos comissionados previstos no projeto, serão desembolsados mais de R\$ 4,8 milhões anuais, além dos salários do ministro e do secretário executivo da pasta, que, juntos, somam mais de R\$ 500 mil ao ano. O momento de contenção de gastos - no início do ano, o governo anunciou corte de R\$ 50 bilhões no orçamento - é visto como inadequado para a criação de um órgão. "A máquina do governo está muito inchada, não se justifica a criação de mais um Ministério. Nesse momento de crise internacional, apesar da absoluta consciência da presidente de ter que cortar gastos, ela cria Ministério porque já se havia comprometido", critica Paulo AbiAckel (PSDB-MG), líder da minoria na Câmara.

Segundo o projeto, a secretaria com status de Ministério vai assessorar a Presidência da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para microempresas, empresas de pequeno porte, de artesanato, cooperativismo e associativismo urbanos, e de fortalecimento, expansão e formalização do setor, além de outros programas voltados à área. Os salários dos cargos que serão criados variam de R\$ 2.115 a R\$ 11.179.

SEM HOLOFOTES. Logo após as eleições de 2010, o Ministério a ser criado foi oferecido ao senador Antônio

Carlos Valadares (PSB-PE), que recusou o convite por considerar o órgão inexpressivo. A oferta a Valadares tinha dois objetivos: contemplar o PSB na aliança governista e abrir caminho para que José Eduardo Dutra, um dos coordenadores da campanha de Dilma, e primeiro suplente do senador, assumisse a vaga no Senado.

Com a recusa de Valadares e a saída de cena de Dutra das articulações políticas, devido a problemas de saúde, o projeto de criação do Ministério saiu dos holofotes nos últimos meses. O nome do atual secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alessandro Teixeira, também foi cogitado para o cargo.

Parlamentares da oposição ressaltam que o novo Ministério deverá servir para a acomodação de aliados políticos.

"Isso é o uso do estado brasileiro para o atendimento patrimonialista do PT e dos seus aliados. É mais uma ação para atender a base. É um cabide de empregos, que gera mais pressão por mais recursos e, depois, o governo vai querer criar mais impostos, como está fazendo com a Saúde", afirma o líder do PSDB, Duarte Nogueira (SP). Para o tucano, a estrutura do novo órgão poderia funcionar de forma eficaz como um setor do MDIC.

Paulo Teixeira (PT-SP), líder do partido na Câmara, rebate: "Achar que investir no pequeno é gasto é uma visão curta".

CLIMA DE TEMOR. Apesar da recorrência de disputas entre os partidos para assumir mais cargos na Esplanada, as legendas têm evitado declarar intenção de ocupar a pasta.

Existe um clima de temor no Congresso, após a queda do quinto ministro em menos de 10 meses de governo Dilma e o sentimento de que a pasta não será dotada de um orçamento significativo. Parlamentares de pequenos e grandes partidos são cautelosos na hora de reivindicar a vaga. "O PR não tem interesse.

Acredito que todo mundo está com trauma de Ministério", brinca o líder do PR, Lincoln Portela (MG).

O texto para a criação da pasta foi enviado ao Congresso em março. Em agosto, quando a presidente Dilma

pediu a urgência do projeto, a empresária Luiza Helena Trajano, dona do Magazine Luiza, foi convidada para o posto. Ela acenou positivamente, mas pediu um tempo para organizar as suas funções na empresa.

Mas petistas afirmam não estar seguros sobre a ida de Luiza para a pasta. "Ela é uma grande empresária. O **Ministério** é das micro e pequenas empresas. É preciso um nome forte que seja talhado para essa função", aponta Paulo Teixeira.

Apesar do adiamento, o líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), afirma que Dilma não recuou na criação do **Ministério**. "Não é que o governo não queira mais o

Ministério, apenas fizemos um acordo para liberar a pauta e votar outras propostas neste momento", justifica.

A retirada da urgência constitucional destranca a pauta na Câmara e permite a apreciação de projetos como o que cria incentivos para as políticas públicas de juventude e da emenda constitucional sobre direitos autorais da música e incentivos para CDs e DVDs, além do projeto que muda as regras de funcionamento do Conselho Administrativo de D

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Benefício de IPI depende de <u>produção</u> local		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por De Brasília

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) julgou ontem dois processos sobre terceirização de etapas de produção de empresas situadas na Zona Franca de Manaus. O órgão decidiu que a Microservice e a Sonopress, duas das principais indústrias de CDs do país, devem cumprir as normas estabelecidas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para serem beneficiadas pela isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Pelas regras da Portaria Interministerial nº 185, de 1993, as empresas podem até deixar de realizar as cinco primeiras etapas de produção dos discos. Mas, segundo entendimento da 3ª Turma da Câmara Superior do Carf, as últimas três etapas devem ocorrer em suas fábricas na Zona Franca de Manaus. A Microservice e a Sonopress foram autuadas por terceirizar a penúltima fase, de injeção do estampo plástico - fabricação de caixas de CDs.

O julgamento dos dois casos foi decidido após o voto de desempate do presidente da Câmara Superior do Carf, Otacílio Cartaxo. Com a decisão, ficam mantidas as autuações de aproximadamente R\$ 20 milhões para cada empresa, como apurou o Valor. A defesa da Sonopress informou que

deve recorrer da decisão, por meio de embargos de declaração. Os advogados da Microservice não foram localizados para comentar o entendimento do conselho.

A interpretação do relator do caso da Microservice, o conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas, foi de que a embalagem deveria ser produzida em unidade própria na Zona Franca de Manaus. "A lei não fala de produção em estabelecimento fabril, fala no estabelecimento fabril, ou seja, no pleiteante do benefício", disse. O conselheiro Henrique Pinheiro Torres completou o voto do relator, ao afirmar que, se a empresa também não realizar as últimas etapas, acabará se tornando uma mera revendedora de produtos.

A divergência na votação surgiu porque parte dos conselheiros entendeu que a norma permite que qualquer outra empresa instalada na Zona Franca possa realizar qualquer uma das três fases produtivas, como ocorreu nos dois casos. No processo da Sonopress, foi apresentado inclusive um parecer técnico da Suframa permitindo a terceirização. Mesmo assim, a autuação foi mantida pelos conselheiros do Carf. (TR)

	VEÍCULO AMAZONAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO SUFRAMA apresenta palestra na 51ª edição do Genoa International Boat Show		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Diego Queiroz

Com a finalidade de divulgar as potencialidades do polo naval da **ZFM** e prospectar investimentos e parcerias para a região, a **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)** apresentou nessa segunda-feira (3) a palestra “Náutica e Impostos – Um pacto para competitividade”, durante a 51ª edição do Genoa International Boat Show, em Gênova, na Itália. O evento é considerado a maior mostra do segmento náutico no mundo.

A palestra, apresentada pela técnica Michelle Benchimol, lotada na assessoria do gabinete da **Superintendência**, abordou desde as diretrizes do modelo **Zona Franca** de **Manaus** até as oportunidades de negócios para empresas italianas interessadas em se implantar na região.

Segundo a **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus**, **Flávia Grosso**, a participação da **SUFRAMA** no evento acompanha as ações da autarquia voltadas à estruturação da construção naval no Estado do **Amazonas**, em virtude da vocação fluvial da região e da possibilidade de **produção** voltada para o **mercado** nacional, inicialmente para substituir as **importações** atuais e atraindo para cá a fabricação de embarcações com tecnologia italiana. “A Itália é líder mundial na **produção** de barcos de lazer e de luxo e o maior **importador** no Brasil. Visualizamos como estratégica a possibilidade de fechar parcerias no setor náutico para que empresas italianas venham produzir em **Manaus**, trazendo novas tecnologias e processos e gerando empregos, e ao mesmo tempo abastecer um **mercado** em forte expansão no país”, afirmou **Flávia Grosso**.

	VEÍCULO AGROSOFT.ORG	EDITORIA	
	TÍTULO Estados da <u>Amazônia</u> terão doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia em 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Rede Bionorte (Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal) aprovou junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) o doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia com conceito 4. Para 2012 devem ser oferecidas 50 vagas para qualificação no doutorado cuja sede inicial será na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em Manaus (AM).

A pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) professora Dr^a Áurea Regina Ignácio comemorou a aprovação do doutorado em rede e destacou que as agências de fomento Capes e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), vem implementando ações em Rede, com o desenvolvimento de relevantes projetos de pesquisa e a implantação de programas de doutorado, tanto na região Norte quanto na região Centro-Oeste do Brasil.

A pró-reitora afirmou ainda que "a Unemat, contando com o esforço de seu corpo docente, está presente nestas ações, participando efetivamente na Rede Bionorte". A professora Dr^a Carolina Joana da Silva, da Unemat, é a coordenadora do programa em Mato Grosso, e o professor Dr. Evandson dos Anjos é o vice-coordenador. Os professores foram eleitos pelos professores participantes do programa como professores de Mato Grosso que pertencem ao quadro permanente.

A participação da Unemat na Rede Bionorte é bastante efetiva tanto que a instituição já tem um projeto aprovado e que está em desenvolvimento juntamente com as Universidades Federal de Rondônia (UFRO), Estadual do Maranhão (UEMA) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG),

na bacia do Guaporé e também no Parque Estadual do Juruena.

A proposta do doutorado, que tem um foco regional de forma a integrar os estados da região Amazônica e também é multi-institucional e interdisciplinar, visa a conservação do bioma e o desenvolvimento de um setor industrial baseado na biodiversidade Amazônica. O Programa conta com um corpo docente de 99 doutores (sendo 89 do quadro permanente e 10 colaboradores) de 18 Instituições dos 9 Estados da Amazônia Legal Brasileira. O fato de ser composto por instituições de vários estados implicará que sua sede seja itinerante, mudando de instituição a cada quatro anos.

As instituições participantes do Programa de doutorado da Rede Bionorte são: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Rondônia (UFRO), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Tocantins (UFT), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Centro Universitário do Maranhão (Uniceuma).

	VEÍCULO CORREA NETO	EDITORIA	
	TÍTULO SUFRAMA apresenta modelo <u>ZFM</u> ao Conselho de Embaixadores dos Países Árabes		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Embaixadores e encarregados de negócios de 16 países integrantes do Conselho de Embaixadores dos Países Árabes, acompanhados de dirigentes da Câmara de **Comércio** Árabe-Brasileira, visitaram na tarde dessa segunda-feira (3) a sede da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**SUFRAMA**). A comitiva, formada por representantes diplomáticos da Jordânia, Catar, Egito, Síria, Palestina, Arábia Saudita, Sudão, Iraque, Mauritânia, Kuwait, Argélia, Líbano, Omã, Emirados Árabes Unidos, Tunísia e Marrocos, cumpre missão oficial no Estado do **Amazonas** entre os dias 3 e 5 de outubro.

Na autarquia, os embaixadores foram recebidos pelo **Superintendente** adjunto de Planejamento e **Desenvolvimento Regional**, Elilde Menezes, que fez uma apresentação sobre as diretrizes do modelo **Zona Franca** de **Manaus**, o polo industrial implantado na capital amazonense e as principais oportunidades de investimentos na região. O **Superintendente** abordou também projetos estratégicos desenvolvidos pela **SUFRAMA**, como o **Centro de Biotecnologia da Amazônia** (**CBA**) e o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do **PIM** (**CT-PIM**), e convidou a comitiva estrangeira a participar da sexta edição da Feira Internacional da **Amazônia** (FIAM 2011), que será realizada entre os dias 26 e 29 de outubro, em **Manaus**.

Após a apresentação, os representantes dos países árabes agradeceram a oportunidade de visitar a **SUFRAMA** e tiraram dúvidas iniciais sobre os dados mencionados na palestra. Os questionamentos focaram principalmente temas como os incentivos fiscais e locais do modelo **ZFM**, o grau de industrialização dos processos produtivos do **PIM** e os impactos da interação da indústria **regional** com o meio ambiente.

Ao final da reunião, a **SUFRAMA** e a comitiva árabe reforçaram a intenção de estreitar as relações de cooperação por meio de acordos bilaterais a serem discutidos posteriormente com as representações diplomáticas de cada país. Os acordos contarão ainda

com a intermediação da Câmara de **Comércio** Árabe-Brasileira.

De acordo com o embaixador da Jordânia no Brasil, Ramez Goussous, o **Brasil** é uma das principais estrelas do cenário econômico mundial na atualidade e tem tudo para se consolidar entre as maiores economias do planeta nos próximos anos. Quanto às peculiaridades da região, ele pareceu positivamente surpreendido com o trabalho desenvolvido pelo **CBA**, sobretudo no que tange a projetos em andamento no Centro que visam ao **desenvolvimento** de medicamentos anticancerígenos e de combate a doenças negligenciadas, como a tuberculose, a partir de ativos da biodiversidade amazônica.

Para o embaixador do Sudão no Brasil, Abd Elghani Elnaim Awad Elkarim, a **Zona Franca** de **Manaus** é um projeto **importante** não apenas pelo seu cunho econômico, mas também pelo aspecto social, uma vez que gera muitos benefícios para a região. Ele afirmou ainda que, além dos itens com alto valor agregado produzidos no **PIM**, produtos regionais como o guaraná e o açaí também contam com boas possibilidades de inserção no mundo árabe. “Seriam produtos interessantes para o **mercado** dos países árabes”, afirmou.

Segundo o **Superintendente** adjunto de Planejamento e **Desenvolvimento Regional** da **SUFRAMA**, Elilde Menezes, a autarquia está aberta a qualquer tipo de parceria com os países árabes e ficará à disposição das representações diplomáticas para dar continuidade às discussões de cooperação. “A visita da comitiva demonstra que o **Brasil** e a **Amazônia** despertam cada vez mais o interesse de investidores estrangeiros. Da nossa parte, faremos todo o possível para avançarmos nas relações de negócios e colaboração mútua”, afirmou Menezes.

Diego Queiroz 04/10/2011



VEÍCULO CORREA NETO	EDITORIA	
TÍTULO Programa do Artesanato Brasileiro é uma das atrações do Pavilhão <u>Amazônia</u> na FIAM 2011		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

Após o grande sucesso de seu lançamento ocorrido em 2009, o Pavilhão Amazônia será um dos destaques da vasta programação da Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011) a ser realizada de 26 a 29 de outubro, no Studio 5 Centro de Convenções, em Manaus (Amazonas). Único espaço da FIAM destinado à comercialização de produtos regionais, o Pavilhão terá como novidades neste ano a participação do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e o estande exclusivo de bijoias.

O Pavilhão Amazônia funcionará em uma área de mil metros quadrados, localizada na área externa ao Studio 5, e conta com estrutura composta por estandes padronizados. Os visitantes terão a oportunidade de conferir o potencial empreendedor do homem amazônida por meio de uma ampla exposição de produtos dos segmentos de artesanato, bijoias, alimentos, bebidas, cosméticos, fitocosméticos, fitoterápicos, confecção e florestal.

Nesta edição, um dos destaques será o espaço destinado ao Programa do Artesanato Brasileiro, presente no evento pela primeira vez. No local, estarão à mostra peças produzidas por artesãos da área de abrangência da SUFRAMA (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e municípios de Macapá e Santana, no Amapá), os quais realizarão demonstrações do processo de produção dos itens. A seleção dos artesãos está a cargo da coordenação do PAB e obedece aos critérios estabelecidos para participação em feiras e eventos nacionais e internacionais.

Outra atração inédita será o estande de bijoias. Nele, empreendedores regionais terão a oportunidade de expor peças confeccionadas com material de natureza orgânica (animal e vegetal), que possuem como características principais designer sofisticado e alto padrão de qualidade. Haverá ainda um espaço para exposição e comercialização de produtos de micro e pequenas empresas de outros segmentos, oriundas da área de abrangência da SUFRAMA. A participação empresarial está sendo viabilizada por meio de parceria com os governos estaduais, os quais estão responsáveis pela articulação, seleção e apoio logístico. Além disso, o público poderá conferir o melhor da bebida e da

culinária regional no Espaço da Gastronomia, organizado pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel-AM).

Segundo o coordenador-geral de Promoção Comercial da SUFRAMA, Jorge Vasques, o Pavilhão Amazônia é um espaço estratégico no cenário da Feira Internacional de Amazônia na medida em que tem por finalidade mostrar o potencial de micro e pequenas empresas regionais que utilizam matéria-prima da biodiversidade amazônica e incentivar a comercialização de produtos, ampliando dessa maneira a visibilidade desses empreendedores no mercado. "Outro aspecto relevante é que, por meio desse evento, pretende-se estimular a geração de uma dinâmica de negócios entre os próprios expositores", frisa o coordenador.

História, Cultura e Responsabilidade Social

O Pavilhão Amazônia será palco de três estandes temáticos. O primeiro deles será o "Espaço 100 anos da borracha". Nesta área de exposição, o público terá a oportunidade de fazer uma viagem ao passado e saber aspectos históricos sobre a importância dessa atividade econômica para o Brasil. Também serão feitas demonstrações sobre os processos de extração, beneficiamento e industrialização da borracha, bem como divulgadas as ações desenvolvidas com o intuito de revitalizar a cadeia produtiva da borracha no Amazonas de maneira integrada à lógica do Polo Industrial de Manaus (PIM) e que estão favorecendo a retomada da importância dessa matéria-prima na economia local.

Também está sendo organizada uma mostra de livros produzidos por escritores da região sobre o modelo Zona Franca de Manaus; Desenvolvimento Regional; Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I); Transporte e Logística; Biodiversidade e Comércio Exterior. As obras estarão expostas para comercialização no Espaço da Cultura que, neste ano, contará com a participação das editoras do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e da Valer. Ainda como parte da programação do Pavilhão Amazônia, irá funcionar o Espaço da Cidadania, destinado à exposição e comercialização de

produtos de organizações não-governamentais que desenvolvem ações na área social, voltadas à melhoria da qualidade de vida de diferentes segmentos da população.

Lisângela Costa 04/10/2011

	VEÍCULO ÁFRICA 21 - DF	EDITORIA	
	TÍTULO Suframa apresenta modelo <u>ZFM</u> ao Conselho de Embaixadores dos Países Árabes		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Representantes diplomáticos da Jordânia, Catar, Egito, Síria, Palestina, Arábia Saudita, Sudão, Iraque, Mauritânia, Kuwait, Argélia, Líbano, Omã, Emirados Árabes Unidos, Tunísia e Marrocos em missão.

Da Redação, com agências

Manaus - Embaixadores e encarregados de negócios de 16 países integrantes do Conselho de Embaixadores dos Países Árabes, acompanhados de dirigentes da Câmara de **Comércio** Árabe-Brasileira, visitaram na tarde de segunda-feira (3) a sede da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**. A comitiva, formada por representantes diplomáticos da Jordânia, Catar, Egito, Síria, Palestina, Arábia Saudita, Sudão, Iraque, Mauritânia, Kuwait, Argélia, Líbano, Omã, Emirados Árabes Unidos, Tunísia e Marrocos, cumpre missão oficial no Estado do **Amazonas** entre os dias 3 e 5 de outubro.

Na autarquia, os embaixadores foram recebidos pelo **Superintendente** adjunto de Planejamento e **Desenvolvimento Regional**, Elilde Menezes, que fez uma apresentação sobre as diretrizes do modelo **Zona Franca** de **Manaus**, o polo industrial implantado na capital amazonense e as principais oportunidades de investimentos na região. O **Superintendente** abordou também projetos estratégicos desenvolvidos pela **SUFRAMA**, como o **Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)** e o Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do **PIM (CT-PIM)**, e convidou a comitiva estrangeira a participar da sexta edição da Feira Internacional da **Amazônia** (FIAM 2011), que será realizada entre os dias 26 e 29 de outubro, em **Manaus**.

Após a apresentação, os representantes dos países árabes agradeceram a oportunidade de visitar a **SUFRAMA** e tiraram dúvidas iniciais sobre os dados mencionados na palestra. Os questionamentos focaram principalmente temas como os incentivos fiscais e locacionais do modelo **ZFM**, o grau de industrialização dos processos produtivos do **PIM** e os impactos da interação da indústria **regional** com o meio ambiente.

Ao final da reunião, a **Suframa** e a comitiva árabe reforçaram a intenção de estreitar as relações de cooperação por meio de acordos bilaterais a serem discutidos posteriormente com as representações diplomáticas de cada país. Os acordos contariam ainda com a intermediação da Câmara de **Comércio** Árabe-Brasileira.

De acordo com o embaixador da Jordânia no Brasil, Ramez Goussous, o **Brasil** é uma das principais estrelas do cenário econômico mundial na atualidade e tem tudo para se consolidar entre as maiores economias do planeta nos próximos anos. Quanto às peculiaridades da região, ele pareceu positivamente surpreendido com o trabalho desenvolvido pelo **CBA**, sobretudo no que tange a projetos em andamento no Centro que visam ao **desenvolvimento** de medicamentos anticancerígenos e de combate a doenças negligenciadas, como a tuberculose, a partir de ativos da biodiversidade amazônica.

Para o embaixador do Sudão no Brasil, Abd Elghani Elnaim Awad Elkarim, a **Zona Franca** de **Manaus** é um projeto **importante** não apenas pelo seu cunho econômico, mas também pelo aspecto social, uma vez que gera muitos benefícios para a região. Ele afirmou ainda que, além dos itens com alto valor agregado produzidos no **PIM**, produtos regionais como o guaraná e o açaí também contam com boas possibilidades de inserção no mundo árabe. “Seriam produtos interessantes para o **mercado** dos países árabes”, afirmou.

Segundo o **Superintendente** adjunto de Planejamento e **Desenvolvimento Regional** da **SUFRAMA**, Elilde Menezes, a autarquia está aberta a qualquer tipo de parceria com os países árabes e ficará à disposição das representações diplomáticas para dar continuidade às discussões de cooperação. “A visita da comitiva demonstra que o **Brasil** e a **Amazônia** despertam cada vez mais o interesse de investidores estrangeiros. Da nossa parte, faremos todo o possível para avançarmos nas relações de negócios e colaboração mútua”, afirmou Menezes. As informações são do Blog do Correa Neto.